

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DA GUARDA
REALIZADA NO DIA 22 DE
JANEIRO DE 2024-----**

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, Rui Manuel da Costa Melo, Carlos Alberto Chaves Monteiro, Maria Lucília Neves Pina Monteiro, Vítor Manuel dos Santos Amaral e Maria Adelaide Veloso Lucas Queiroz de Campos, Vereadores. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e seis minutos, tendo seguidamente colocado à votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por maioria, com a abstenção da senhora Vereadora Adelaide Campos, por não se encontrar presente na referida reunião. ----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- Sérgio Costa, Presidente: “Bom dia a todas e a todos. No período Antes da Ordem do Dia: o Município da Guarda, o Fundo Salvaguarda e o Património Cultural IP, assinaram no dia dez de janeiro, dois contratos relativos à construção do Órgão de Tubos da Sé da Guarda: um de Financiamento entre o Município da Guarda e o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural e outro contrato Interadministrativo

entre o Município e o Património Cultural, I.P., para a orientação da intervenção no Órgão de Tubos da Sé da Guarda.-----

Com esta ação, a autarquia passa a ser a responsável pela obra que se prevê que esteja concluída até ao final deste ano. Os documentos foram para validação da tutela não sei se ainda terão que vir aqui ou não à reunião de Câmara. Assim que nos chegarem os contratos originais, por parte da tutela da cultura, se tiverem que vir à reunião, naturalmente nós traremos aqui à Câmara para poderem tomar conhecimento do documento, do financiamento do PRR e do outro também.-----

Foi assinado, na sessão realizada em Figueira de Castelo Rodrigo, o acordo de colaboração entre o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – IHRU, a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) e os vários municípios, entre os quais a Câmara Municipal da Guarda. Este protocolo de colaboração possibilitará a aquisição e reabilitação de vinte e seis fogos na cidade da Guarda. Esta iniciativa integra o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e corresponde a um investimento de cerca de 4, 7 milhões de euros e irá possibilitar a atribuição de habitações a rendas acessíveis. Tratando-se da primeira fase do projeto na nossa Comunidade Intermunicipal. Numa cerimónia que foi presidida pela Ministra da Habitação, Marina Gonçalves, no passado dia dez de janeiro.-----

A Guarda vai marcar presença no maior certame de turismo da Península Ibérica, FITUR, em Madrid (Espanha). Certame este que decorrerá naquela capital espanhola entre os dias vinte e quatro e vinte e oito de janeiro, onde os Passadiços do Mondego e os eventos Guarda Folia e Guarda Wine Fest vão ser os destaques desta participação guardense. A Guarda vai ainda promover-se enquanto destino gastronómico levando consigo queijo, azeite, chouriço, compotas, vinho e os doces: Bola Parda e Dom Sancho.” -----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

– Despacho N. °114/PCM/2024 – Dispensa de Serviço no Dia de Aniversário.-----

– Auto de Receção Provisória Referente à Empreitada: “Reabilitação das Habitações Sociais na Rua dos Amores – Edifício 1”. -----

– Auto de Receção Provisória Referente à Empreitada: “Reabilitação das Habitações Sociais na Rua dos Amores – Edifício 3”. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora?” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Boa tarde a todos. Não nos vemos desde o ano passado. Por razões de saúde eu não pude estar presente na última reunião, de modo que queria começar por desejar a todos um bom ano e um bom trabalho. Estar aqui já é um hábito que cria laços, pelo menos, de simpatia e de alguma cordialidade que eu acho que devemos cultivar para bem de todos nós e para bem da Guarda, porque tudo aquilo que daqui sair de bom, tanto a nível pessoal como a nível das decisões, será sempre bom para a Guarda e é por isso que aqui estamos. -----

Por outro lado, justificar-me não é que seja assim muito necessário, mas não queria deixar de o fazer, pela minha falta à última reunião. Eu estava praticamente bem de uma gripe A que tive, só que na véspera da reunião tive uma recaída e não foi possível fazer-me substituir. Lamento esta falta, porque de facto não é de todo em todo uma boa norma, mas quanto à saúde não podemos dizer nada de especial. -----

Queria começar por dizer o seguinte: foi com grande estupefação que na semana passada vi umas notícias veiculadas pelo senhor Presidente da Câmara. Espantemo-nos, porque a Câmara fez em oito dias, ou não foram nestes terão sido noutros quaisquer, a memória descritiva do Hotel Turismo que há mais de cerca de catorze

anos espera por uma solução, por um gesto que o faça renascer das cinzas. O senhor Presidente está no seu legítimíssimo direito de fazer a campanha eleitoral que entenda e mesmo que não seja campanha eleitoral, está no seu legítimíssimo direito de dizer e de apresentar às pessoas tudo aquilo que entenda, mas não é uma boa prática desprezar a inteligência dos guardenses. -----

Ora bem, pedi a devolução do Hotel Turismo, de novo, para a Câmara e que tinha três empresas que poderiam ficar com ele. Apresentou, então, a tal memória descritiva dizendo que perdeu a esperança na resolução do problema que tem estado a ser tratado a nível nacional e decidiu utilizar os meios da Câmara Municipal para apresentar este tipo de coisas, enfim, alguma providência. Mas é pena, senhor Presidente, que a mesma eficácia com que tratou o problema do Hotel Turismo não a tenha utilizado para aquilo que de facto é o *Core Business*, como diríamos, da nossa Câmara. Ou seja, onde estão os setecentos postos de trabalho que foram prometidos e que tem anunciado? -----

O que é feito da recuperação da mata municipal e da plantação de 1 milhão de árvores que foi prometido e não feito? -----

Onde estão as onze novas áreas de localização empresarial, em meio rural, que continuam sem ser vistas? -----

Onde está, tão só, o estudo para a nova Praça da Liberdade que ficaria junto ao TMG, provavelmente naquela zona posterior que dá acesso àquela zona baixa da cidade?

Onde está a fábrica da cerveja tão anunciada e tão prometida?-----

Onde está o parque tecnológico? -----

Onde está a reparação do centro histórico e sobretudo a reparação da Praça Velha, o ex-libris da cidade que se esboroa a cada inverno que passa por cima dele?-----

Onde estão os trilhos do Noéme?-----

Onde está a rede de museus temáticos?-----

É lamentável este populismo fácil e primário para cativar a simpatia da Guarda e das pessoas da Guarda. De repente, o senhor Presidente esqueceu-se daquilo que a Guarda já beneficiou nos últimos anos e que foi concretizado aqui e do qual o senhor Presidente, como parceiro, tirou obviamente louros e “lucros” pessoais e institucionais, mas que foram obra do governo PS. -----

A localização da UEPS da Guarda foi obra do governo PS com a sua parceria, claro. A concretização do CEIS foi obra do governo PS. O Porto Seco foi obra do governo PS. A concretização das obras da linha da Beira Baixa e esta fase de finalização da linha da Beira Alta foi obra do governo PS. A abertura da Pousada de Juventude, após recuperação, foi obra do governo PS. As obras do Departamento de Investigação da Polícia Judiciária foi obra do governo PS. As portagens com redução de 30% foi obra do governo PS. E os 33 milhões que estão envolvidos na resposta social do Distrito da Guarda foram obra do governo PS. -----

Que não pareça panfletarismo ligeiro, agora às vezes temos que jogar este tipo de jogo que não é de todo agradável, mas enfim. -----

Senhor Presidente, a bem da Guarda faça aquilo que prometeu, faça aquilo que é a sua obrigação, preocupe-se com a cidade, a propósito da qual diz ser a favor, e acima de tudo respeite a inteligência dos guardenses. O Hotel Turismo está a ter um caminho atrasado, certo, mas está a fazê-lo e, finalmente no bom sentido. Não me parece que seja altura de ir tirar dividendos e fazer um jogo à conta de uma situação que nos é tão cara e que tem sido tão difícil de resolver. Muito obrigada.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente tivemos conhecimento, até porque é público, que houve uma RGT – Reunião Geral de

Trabalhadores, para a qual o senhor Presidente não nos convidou. Não teria que o fazer, mas é sempre importante conhecer uma grande parte daquilo que são as linhas estruturantes, que não são muitas. Aliás era uma questão fundamental perceber, até, qual é a ideologia. Hoje está tanto em voga a ideologia à esquerda e à direita, gostaríamos de conhecer mais, em termos de ação, aquilo que é a ideologia deste Movimento. Terá sido um Movimento para ganhar a Câmara e pouco mais. Atingiu esse objetivo, mas nós gostaríamos de ver outros objetivos também atingidos por parte deste Movimento. É aqui e além que vamos picando algumas coisas da agenda para tentar dar corpo àquilo que é um projeto que o senhor apresentou à Guarda, mas que efetivamente a Guarda continua sem saber aquilo que o senhor quer trazer para o futuro da Guarda. -----

Vamos a questões concretas e a esta Reunião Geral de Trabalhadores. O senhor Presidente vendeu o seu peixe, por assim dizer, é uma expressão popular e permita-me que a use. Mas vender o peixe quando o peixe é bom, não está mal. É triste é que se venda peixe que não está bom. Quando fala que houve progressões, promoções... quer dizer uma política de valorização dos quadros de pessoal desta Câmara e quando o senhor Presidente, à frente dos trabalhadores, referiu que havia contratações e promoções ilegais, pergunto porque é que nunca trouxe aqui à Câmara essa discussão. -----

Ouvimo-lo, publicamente, tratar deste assunto com base numa auditoria da *Deloitte* na presença de uma técnica da *Deloitte* a falar desta matéria. Senhor Presidente, a primeira coisa: há mais de um ano pedimos e quisemos ter conhecimento do resultado da auditoria da *Deloitte*. Afinal, o senhor usa a auditoria e está pouco preocupado com o respeito pela oposição, naquilo que é um exercício democrático que é passar a informação também ao grupo dos Vereadores do PSD. -----

E é se não o fez, até hoje, com mais um conjunto de documentos que efetivamente o senhor não traz aqui à reunião de Câmara, que não disponibiliza à oposição e de facto é também aí mais um ponto negativo naquilo que é o relacionamento que tem com a democracia e com a oposição, designadamente, por parte dos Vereadores do PSD.

Portanto, além de reiterar esse pedido, queremos conhecer a auditoria que o senhor mandou fazer, patrocinada pela *Deloitte*, mas acima de tudo perguntar, senhor Presidente, o porquê deste tipo de atuação. Quando o senhor tem funcionários na Câmara que são prestadores de serviços: são trabalhadores na Câmara a tempo inteiro, usam os equipamentos da Câmara, usam a energia da Câmara, mas são prestadores de serviços, foi assim que o senhor os contratou. O senhor contratou pessoas como prestadores de serviços e estão a usar os equipamentos da Câmara, cumprem horário de trabalho, vêm ao gabinete como se fossem funcionários da Câmara Municipal da Guarda. Isto é legal senhor Presidente? -----

O senhor também avaliou e disse isso aos trabalhadores no dia da Reunião Geral de Trabalhadores? -----

Não disse com certeza. Também não disse o aumento da precariedade dos trabalhadores da Câmara da Guarda. O senhor está a fazer contratações sobre contratações, aumentando a precariedade dos trabalhadores na Câmara da Guarda. São questões que o senhor devia refletir. Antes de apontarmos um dedo para os outros, não podemos esquecer que temos três dedos a apontar para nós. E, portanto, poderia também nesta matéria prolongar-me muito mais e ir a questões muito específicas relativamente à questão do pessoal. -----

Mas dizer-lhe, efetivamente, que o anterior Executivo decidiu esta matéria com a convicção clara que havia trabalhadores que estavam a exercer funções que tinham uma natureza superior e a categoria era inferior às funções que exerciam. Por isso,

foi dada essa ordem por mim, enquanto Presidente na altura. E, começávamos por aí sendo que é um processo que ficou em aberto, que os Executivos anteriores seguiram ou não dependendo das suas opções, eu não estou preocupado com isso neste momento, mas afirmo aquilo que foi dito na altura: quem exercesse funções superiores àquelas a que estava adstrito deveria ser colocado na respetiva categoria. Evidentemente, se há situações que são anómalas, já as devia ter corrigido...há problemas?-----

Senhor Presidente, o senhor tem aqui colaboradores..., eu não estou aqui para responder aos seus colaboradores, estou aqui para fazer perguntas ao Presidente.---
Estão-me aqui a interpelar, ainda não percebi o porquê dessa cara. Não se entende.”

- **António Mendes, Adjunto do Presidente:** “A cara é igual.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “O senhor aqui tem que cumprir as funções que lhe estão adstritas pelo senhor Presidente da Câmara e eu não tenho que interpelar, nem interromper o meu discurso, porque o senhor está a fazer essas carinhas que eu vou escusar de qualificar.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O senhor faça o favor de concluir o seu raciocínio, cada um faz a cara que tem, faça o favor de concluir o seu raciocínio.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nós estamos cada um com a cara que temos, mas não podemos estar aqui a troçar ou a tentar aqui inibir a discussão de temas que eu acho relevantes. São tão relevantes que na Reunião de Trabalhadores usou esses temas e, portanto, eu venho aqui de corpo aberto, mente aberta, para podermos debater, mas parece que não cai bem aos seus assessores aquilo que estou a dizer.”

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Conclua, conclua.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Não. Não estou a concluir, estou a falar.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas eu estou a pedir-lhe para concluir.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Isso é de facto algo que não sei se os seus colaboradores, alguns, estão aqui para tentar inibir a oposição, já é a terceira vez que lhe digo. Uma certa educação às pessoas que colaboram consigo não ficava mal, mas voltando...”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador eu peço-lhe que se abstraia de comentários menos abonatórios em relação às pessoas.”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Eu já disse o que tinha a dizer. Estou no exercício da palavra...”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Portanto, faça o favor de concluir o seu raciocínio.” -
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Estou no exercício da palavra e vou usá-la. Está bem?”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Vai usar até que eu lha tire!”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Até que o senhor ma tire, exatamente.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Então conclua e rapidamente se faz favor.”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Pode tirar. Quando quiser tire.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Deixe-se disse. O senhor sistematicamente faz essas telenovelas. Deixe-se de telenovelas. Conclua.”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, está-lhe a doer?”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Lá está ele. Senhor Vereador desculpe lá. Acha que a Guarda não tem mais nada o que fazer que não estar a aturar as suas coisas, as suas deambulações. Faça o favor, conclua! Conclua! Eu já disse cinco vezes. Conclua! Á sexta vez posso não dizer a mesma coisa.”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Acha que eu não tenho mais nada que fazer do que estar a ouvi-lo a si?”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador tenha paciência, conclua faz favor!”

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, o senhor tenha paciência.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E pronto.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nesta matéria, como sabemos, houve uma vontade clara de dar justiça àquilo que era a atividade e a promoção dos trabalhadores da Câmara da Guarda. A verdade é que já há mais de dois anos poderia ter feito alguma coisa para corrigir algumas situações que essa alegada auditoria pudesse ter trazido à colação, porque eu até tenho sérias dúvidas que isso seja verdade, mas que nós desconhecemos e que também de pouco serviu, porque está tudo igual se não estiver pior. -----

Mas depois, cumpre-nos aqui referir: diz o senhor Presidente que pouco estava feito em dois mil e vinte e um. Sim senhor Presidente, de facto são precisos mais semáforos, são precisas mais lombas, são precisos mais gradeamentos, são precisos mais muros e caminhos em terrenos privados. Sim, isso estava por cumprir senhor Presidente, porque aquilo que ainda hoje nós pensamos e era aquilo que o senhor devia ter assumido perante a Guarda era, de facto, ter propostas de futuro que justificassem o desenvolvimento e a prosperidade no território, e isso é que está por fazer. -----

O senhor devia preocupar-se, efetivamente, em trazer ao processo democrático de desenvolvimento do território novos projetos, projetos que dinamizassem e marcassem a diferença daquilo que é uma gestão corrente, uma gestão que assenta na subsidiopendência, como eu tenho dito. Portanto, senhor Presidente, tenho que lhe dizer que assim não vamos lá. Assim, não vamos lá, porque o populismo e a demagogia são, de facto, uma marca daquilo que o senhor desenvolve na sua política que como disse tem, de facto, aqui uma dificuldade profunda e estrutural até para a

definição daquilo que é o seu pensamento e a sua estrutura política e de desenvolvimento para o concelho. -----

Mas não poderia, já que falei em populismo e em demagogia, deixar de me referir a mais dois pontos que consideramos bem evidentes da sua forma de estar e de fazer política neste concelho. Os salários estavam em causa, porque o orçamento foi chumbado. Nós sabemos todos que a pior performance dos municípios portugueses em termos daquilo que é o cumprimento das suas obrigações..., no distrito temos por exemplo Fornos de Algodres com dificuldades de pagamento e problemas financeiros, já de longa data, e nunca deixou de pagar os salários, mas para o senhor Presidente não se aprovar um orçamento já está em causa o pagamento dos salários. Mas depois disse: “calma, já está resolvido”. Sim senhor, senhor Presidente, o senhor é brilhante: apresenta dificuldades e depois vende facilidades. Diria também que a este nível, tem aqui uma medida profunda e hoje já o referiu, atribuindo novamente o dia de aniversário aos trabalhadores. Com bolo, é importante. Eu tenho a dizer e respondo-lhe com uma frase que recentemente li de um escritor: “uma sociedade conhece-se por aquilo que celebra”, mas eu acrescento que os políticos também se conhecem por aquilo que propõem. -----

Senhor Presidente, o senhor é uma espécie de versão 2.0 de André Ventura no que diz respeito à demagogia e ao populismo. Senhor Presidente deixe-se disso e, de uma vez por todas, governe o concelho é para isso que tem o mandato e assuma de uma vez por todas. Deixe-se de ser queixinhas, deixe-se de ser miserabilista, de dizer mal do passado e assuma o futuro como o principal foco das suas preocupações. Obrigado.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Boa tarde a todos. Senhor Presidente, apenas uma questão muito simples. Eu fui abordado por comerciantes da praça municipal, no

último sábado, por alegada falta de pagamento do valor que lhes terá sido prometido durante a Feira Farta. Eu prometi às pessoas que perguntava por esse valor que anda, salvo erro, na casa dos setenta, setenta e poucos euros.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Começando por isso, senhor Vereador, na semana passada, eu próprio, estive na praça e questionaram-me. A colaboradora que me acompanhava indicou logo o dia em que iria ser pago, portanto estou a vender pelo mesmo preço que comprei e, portanto, esse assunto se não está já resolvido, estará a ser resolvido. É um caso pontual, mas agradeço a sua intervenção. -----

Senhora Vereadora, sobre aquilo que referiu de respeitar a inteligência dos guardenses. Foi precisamente aquilo que eu fiz, de todos nós. E a esse propósito, senhora Vereadora e senhores Vereadores, permitam-me que vos entregue o documento que foi entregue pelo Hotel Turismo. Senhora Vereadora, eu estive no recato durante um ano, nunca ninguém me ouviu falar sobre o Hotel Turismo, a não ser no meu discurso no dia da cidade e depois na última Assembleia Municipal. A falar no caderno de encargos para quem se candidatar às eleições legislativas, mas foi só nessa forma que eu falei. Portanto, todas estas questões têm sido tratadas no recato. -----

No entanto, quando eu assisti a falar-se na praça pública sobre o Hotel Turismo e a envolver o nome da Câmara Municipal da Guarda, enquanto Presidente da Câmara, eu, os meus antecessores e os futuros, sempre que se cita o nome da Câmara Municipal da Guarda temos que sair a terreiro e dizer à população aquilo que está a acontecer. -----

Mas ao fim deste ano aquilo que aconteceu verdadeiramente foi aquilo que está nesse documento que vocês aí têm. É uma mera declaração de intenções, de plantas fornecidas pela Câmara Municipal da Guarda, fui eu que dei a ordem para fornecer

essas plantas, esses levantamentos antigos que existiam aqui nos ficheiros da Câmara Municipal da Guarda, e que qualquer um de nós numa boa tarde de bom trabalho, não faríamos pior do que o que aqui está. -----

E aquilo que eu tive que explicar aos guardenses ..., senhora Vereadora, eu peço mesmo que não pense isso, aliás eu na conferência de imprensa até tive o cuidado de dizer isso à comunicação social, não sei se passaram ou se não passaram, é que eu não me quero meter em campanhas eleitorais. -----

Isso aí é um problema dos partidos políticos, em termos legislativos. Isso é um problema que os partidos devem discutir entre vós. Eu devo, sim, no que diz respeito à Guarda falar a verdade sobre as coisas. Aquilo que eu referi, senhora Vereadora, teve com certeza o cuidado de ler ou de ouvir as minhas declarações e ler o texto que nós enviámos, é que o Hotel Turismo encerrado há catorze anos, culpa de sucessivos governos da República, já vai em cinco de vários partidos, que ainda não conseguiram resolver o problema. E, foi por isso que eu tive que sair a terreiro para defender a Guarda, para defender o Hotel Turismo. Portanto, não vale a pena confundir agora as pessoas e falar noutros assuntos para desviar as atenções, mas eu já falarei sobre isso também. -----

Há um ano atrás, precisamente no dia vinte de janeiro, tivemos nesta sala onde foi prometido que o Hotel Turismo iria abrir em dois mil e vinte e cinco. Infelizmente não vai abrir em dois mil e vinte e cinco, porque o estado da arte, que é esse que os senhores têm nas mãos. Para que não haja qualquer dúvida, os técnicos do município em menos de oito dias responderam à solicitação. No entanto, o que é facto é que não temos ainda projeto do que quer que seja, de qualquer uma das especialidades, não há concursos de obras e, por isso, nós desacreditamos neste processo. -----

E, por isso, eu referi também, senhora Vereadora, que nós estamos disponíveis e temos agora essas condições para nos sentarmos à mesa com o próximo governo, seja ele qual for, para resolvermos de uma vez por todas o problema do Hotel Turismo, se é este o caminho, só se o caminho é outro. E eu recordei o que disse na minha campanha eleitoral autárquica, que era devolver o Hotel Turismo à Guarda. Se isso tiver que acontecer, então que aconteça, mas tem que acontecer já para não perdermos mais tempo, porque já vamos em catorze anos e em dois mil e vinte e seis termina a concessão da ENATUR a privados. Mais um problema. E não sabemos como é que ficará a seguir. Quem estiver no governo, a seguir, é que irá decidir esse assunto: se será o mesmo operador, se será outro operador, se será outro tipo de concessão e, por isso, passados catorze anos estamos pior do que estávamos antes. É o que eu digo, estamos pior, porque o edifício já se degradou muito ao longo de catorze anos. É aqui que eu quero dizer que está pior, porque a olhos vistos, catorze anos depois, os danos já são mais que evidentes, não só os exteriores, mas também interiores. Por isso, nós tivemos que tomar esta decisão de falar à Guarda, falar aos guardenses. Não confundindo com campanhas eleitorais, pelo amor de Deus, eu tenho outros objetivos enquanto cidadão independente: é defender a Guarda e não me imiscuir em campanhas eleitorais das eleições legislativas, isso são os partidos. Por isso, a Câmara municipal está presente e está atenta para ajudar a resolver o problema do Hotel Turismo e tudo fará para que isso possa acontecer no mais curto espaço de tempo.-----

Senhora Vereadora, sobre as outras questões que referiu, que tentou desviar..., senhora Vereadora isto não é campanha eleitoral. Eu não entro na campanha eleitoral, mas eu falo. Os setecentos postos de trabalho já referi aqui, já referi na Assembleia Municipal, se quiser pode ir recordar as minhas declarações com as

condições que nós demos para que empresas e serviços se pudessem fixar. Estão todos aí, é só irem rebuscar as minhas declarações. -----

A mata municipal, na encosta norte, o projeto está concluído e esperamos em breve conseguir encontrar o financiamento para as centenas de milhares de euros necessários para fazer essa obra. -----

Mas podemos continuar, as áreas de localização empresarial, pois é têm que estar previstas no PDM, é para isso que nós estamos a trabalhar também. -----

A Praça da Liberdade é um dos pontos do caderno de encargos, conforme nós já desafiámos e aqui eu desafio, e estão todos certamente de acordo comigo, Partido Socialista, Partido Social Democrata, todos os partidos e todas as forças políticas. O Comando Territorial da GNR deve sair dali e deve agora deslocalizar-se para junto da UEPS e libertar este espaço para a cidade de uma vez por todas. Para criar um novo acesso ao Bonfim, para criar a nova Praça da Liberdade que a Guarda não tem na zona central. Para criar uma nova entrada e mais digna para o Teatro Municipal da Guarda. Estamos todos certos disso, é preciso fazer o caminho. Eu lancei esse desafio, eu comecei a criar essas condições. -----

O Centro Histórico, já falámos tanto sobre o Centro Histórico. Os trilhos do Noéme, pois é verdade, foram abandonados e têm que ser reabilitados e tem que ser feita a questão da despoluição. E sabe desde quando é que há poluição no rio Noéme? Desde dois mil e um, portanto já trespassou muitos governos locais em termos autárquicos. Sobre a rede de museus temáticos, a rede cultural e criativa da Guarda, nós conseguimos o financiamento de 600 mil euros para podermos fazer esta rede cultural e criativa. Ainda hoje de manhã houve uma reunião técnica, precisamente para tomarem decisões. -----

Sobre a questão da UEPS, então agora já foi tudo o vosso governo que fez. Senhora Vereadora temos que ser coerentes, aliás eu tive o cuidado de nas minhas declarações públicas, no dia da assinatura do contrato, agradecer e elogiar dois ministros do Partido Socialista, Eduardo Cabrita que tomou a primeira decisão e Luís Carneiro que tomou esta segunda decisão. Eu tive esse cuidado, porque é preciso ter memória também na política, senhora Vereadora, para umas coisas e para outras. E eu tive esse cuidado. Mas há cerca de meio ano, um ano atrás, o que os senhores diziam era que (vão ver o que está na comunicação social, as vossas declarações) não estava cá a UEPS, porque a Câmara da Guarda não tinha dado condições. Pronto, a culpa é sempre do outro e os louros são sempre do outro. Não, senhora Vereadora. Este foi um trabalho conjunto que foi feito entre o Ministério e o município da Guarda. Mas posso-lhe garantir que se o município da Guarda, desde que em janeiro de dois mil e dezanove foi enviada aquela famigerada carta para o então Ministro Eduardo Cabrita, não criasse estas condições, não tivesse dialogado conforme dialogou, de uma forma franca e aberta, naturalmente que os Ministros da República não poderiam tomar a decisão da sua deslocalização para a Guarda. Foi feito graças à nossa contribuição que, naturalmente, todos têm essa noção. -----

Sobre as outras questões, linha da Beira Alta, é melhor nem falarmos da linha da Beira Alta, é melhor não falarmos sobre isso, porque de facto está a fazer atrasar tanto e tanta coisa e estes atrasos já são falados além-fronteiras. -----

Eu e outros colegas estivemos em Salamanca, há duas ou três semanas, a falar sobre ferrovia e lá, também, foi falado o atraso da linha da Beira Alta. Portanto é preciso que se recupere, rapidamente, esse atraso e podermos passar à fase seguinte que é dinamizar, sob o ponto de vista logístico e da mobilidade regional, essa linha da Beira Alta. A linha da Beira Baixa, naturalmente que está subaproveitada.-----

Senhora Vereadora referir-lhe uma vez mais que em caso algum eu me quererei imiscuir em campanhas eleitorais autárquicas das eleições legislativas.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Dá-me licença, senhor Presidente?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Deixe-me, agora, só terminar e depois dou-lhe a palavra. -----

Senhor Vereador, Reuniões Gerais de Trabalhadores são feitas à porta fechada e, portanto, eu não comento nada do que se lá diz, nem o que eu disse que estou absolutamente certo e consciente daquilo que disse e se fosse agora voltava a dizer a mesma coisa, nem com aquilo que outras pessoas lá disseram, nomeadamente colaboradores. -----

São reuniões à porta fechada, se fosse uma empresa era entre o patrão e os funcionários, aqui é entre o superior hierárquico do topo da cadeia hierárquica e os colaboradores. O senhor não esteve lá, naturalmente, mas quem lhe transmitiu algumas informações, transmitiu-lhas enviesadas. Senhor Vereador, em caso algum eu disse que as coisas foram feitas de forma ilegal ou deixarem de ter sido feitas, de todo. Disseram-lhe tudo errado, desculpe, mas disseram tudo errado. A auditora foi quem falou sobre o processo. A auditoria deve permanecer no sigilo, porque estamos a falar em recursos humanos, a auditora teve muita cautela naquilo que referiu, nas exceções, até foi o termo utilizado, exceções. E foi esse o termo e não outro termo que deve ser usado. E, portanto, no que diz respeito a recursos humanos, foi isso que foi falado. Essa auditoria de recursos humanos deve permanecer no sigilo, precisamente para salvaguardar os colaboradores que não têm culpa do que quer que seja e, portanto, sob esse ponto de vista não devo falar mais do que isso. Os trabalhadores devem ser protegidos e não serem falados na praça pública sobre

qualquer problema que, eventualmente, possa ter surgido ou possa existir, precisamente para proteger a sua vida pessoal e a sua vida profissional. -----

Senhor Vereador repare, é mais do mesmo, a cassete a que já nos habituou desde há dois anos continua igual, se calhar já é altura, ao fim destes dois anos, de mudar a cassete. Quando o senhor diz que eu sou a versão 2.0 do André Ventura, vejam só, tenham cuidado (vocês partidos políticos), porque o que dizem as sondagens é que o André Ventura vai disparar nas votações, portanto veja lá as comparações e os conteúdos das afirmações que diz. Acho que o senhor não esteve bem, mas é a sua consciência, o senhor deve dormir descansado com certeza. -----

Senhor Vereador, a Guarda está farta desse tipo de tricas, desse tipo de comentários. A Guarda quer é que as coisas andem para a frente rumo ao futuro. Senhora Vereadora?”-----

- Adelaide Campos, Vereadora: “Senhor Presidente eu não quero que se criem aqui mal-entendidos. Eu disse que isto tudo foi o governo do PS que trouxe, sim com a colaboração da Câmara Municipal, e se não fosse a colaboração da Câmara Municipal muitas das coisas, seguramente, que poderiam não ter sido feitas. Embora eu tenha dito isto e mantenha aquilo que disse, temos que perceber que a Câmara e o governo da nação têm que criar parcerias para a melhoria daquilo que é a nossa cidade e para a melhoria daquilo que nós queremos, de facto, melhorar.-----

Relativamente ao Hotel Turismo e sabendo que o atraso de catorze anos é devido a muita gente, a muitos governos e governos de várias cores e ministros de muitas qualidades, aquilo que o senhor Presidente disse, agora mesmo, é que o Presidente da Câmara se compromete a ir falar com o próximo governo e bem, seja ele qual for. Podíamos, se calhar, era já tê-lo feito antes. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, as reuniões que eu tenho em Lisboa não as digo a ninguém.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Pois não, é verdade. Claro que é pouco, é pouco, estamos de acordo. A Guarda merece mais, sim, a Guarda merece mais. Mas tem que ser com o empenho de todos e ninguém querer tirar dividendos de tudo isto, porque isto só beneficia ou prejudica a Guarda. Queria só acrescentar mais uma coisa, numa das reuniões anteriores, eu citei uma questão que é a seguinte: a recuperação do Pavilhão Rainha Dona Amélia no Hospital. Depois disso, numa reunião, na sequência da minha profissão, perguntei ao senhor Presidente do Conselho de Administração o que é que se passava em relação ao lançamento do projeto de reabilitação do Pavilhão Rainha Dona Amélia do Parque da Saúde da Guarda. E a resposta que me foi dada é que tinham falado com o senhor Presidente, que o senhor Presidente de facto tinha disponibilizado cento e cinquenta mil euros para essa mesma recuperação, bem como o projeto ou a proposta de projeto para essa reabilitação. Não foi isso que o senhor Presidente disse, portanto, aquilo que eu lhe digo...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu clarifico já, não é do seu tempo, mas eu clarifico já.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Eu não vou tirar nenhuma conclusão relativamente a isso. Agora havendo esta dúvida, se calhar, valia a pena, porque estamos em pleno PRR e seria uma pena se nós deixássemos perder isso. Acho que é altura de fazer esse esclarecimento e tentar resolver essa situação.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, só duas notas finais. Sobre o Hotel Turismo, eu enquanto Presidente da Câmara da Guarda tenho que sair sempre a terreiro cada vez que o nome da Câmara Municipal da Guarda é falado na praça

pública. Eu, os meus antecessores e aqueles que vierem a seguir a mim, obrigatoriamente temos que o fazer. Mas, já agora, sobre a colaboração entre o governo local e o governo nacional, o governo regional ainda não há por enquanto, oxalá haja no mais curto espaço de tempo. Sobre o Porto Seco, se não fosse a Câmara da Guarda, o Porto Seco não estava em concurso neste momento. Sabe porquê? Porque nós quando chegámos à governação aquilo que se queria fazer era que, nem daqui a seis ou sete anos havíamos de ter Porto Seco. -----

E, por isso, é que numa célebre visita com duas Ministras, há um ano e meio sensivelmente, o que propus foi numa primeira fase, no imediato, começar a funcionar naquele espaço, começar a criar os hábitos e começar a criar a marca, a marca Porto Seco (é importante que ela surja). Porque aqui está mais uma boa colaboração, se não fosse a Câmara da Guarda, a obra dos ditos quatro milhões de euros do Porto Seco, neste momento, ainda não estaria a concurso. -----

Senhora Vereadora, sobre o CINE, o Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento, foi aprovado um protocolo nesta Câmara, aliás eu peço aos serviços que possam enviar à senhora Vereadora, por e-mail, esse protocolo que já tem um ano e meio, sensivelmente. E esse protocolo o que dizia era que a ULS, a administração do hospital, trataria de fazer o projeto de execução e esses cento e cinquenta mil euros era para pagar o projeto de execução. Porque não tinham dinheiro, que é normal. E nós pagávamos até cento e cinquenta mil euros do projeto de execução. Foi constituído até um pequeno grupo de trabalho para preparar aquilo, mas, entretanto, nada mais andou e é nesse pé que está. E, portanto, peço aos serviços para enviarem à senhora Vereadora esse protocolo que nós assinámos, há sensivelmente um ano e meio, para poder ter conhecimento dos pontos todos que versam nesse documento.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Então senhor Presidente eu agradeço isso e penso que sim, agora temos é que sair deste empasse, não é?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Claro, senhora Vereadora, mas se há um protocolo em que a Câmara da Guarda diz que paga até cento e cinquenta mil euros, que é para a administração fazer o projeto, querem lá ver que nós agora é que vamos fazer o concurso de projeto?”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Eu concordo...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Já se perdeu foi um ano e meio. Senhora Vereadora desculpe, eu não quero com isto quero dizer que há para ali algumas areias propositadas, eu não quero ir por este caminho das areias propositadas. A senhora Vereadora entrou neste processo há poucas semanas, há poucos meses, não quero crer nisso, que haja por aqui algumas areias introduzidas. Mas o que queremos é que rapidamente contratem, façam o projeto para as coisas poderem andar.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Pronto, eu agradeço que me dê esse documento e eu, enfim, indagarei os esforços possíveis para ver o que se passa.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Os serviços vão enviar esse protocolo.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, já agora só uma curiosidade e um esclarecimento. Falou que havia três grupos pode dizer...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não estou autorizado pelos grupos a dizer-lhes publicamente.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo, estou esclarecido.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, eu protejo muito os privados, quando fazem certas e determinadas afirmações, e como tal não estou autorizado a fazê-lo e não o poderei fazer, mas agradeço a sua preocupação e a sua curiosidade, claro que sim. -----

Só tenho a dizer, uma vez mais, neste processo do Hotel Turismo ao fim de catorze anos, estamos todos imbuídos do mesmo espírito e esperemos que o governo que sair das próximas eleições do dia dez de março, seja ele qual for, que nos ajude a resolver rapidamente este problema, porque senão lá vamos andar outra vez de campanha eleitoral em campanha eleitoral a falar do mesmo. E já lá vão catorze anos e não sei quantas campanhas eleitorais que já passaram desde então. -----

Já agora, o senhor Vereador Rui Melo pediu para fazer um esclarecimento relativamente aos tarifários que foi falado na última reunião. Muito telegraficamente senhor Vereador.”-----

- Rui Melo, Vereador: “Relativamente às questões que foram colocadas, queria esclarecer que os 56% a que se faz referência na ERSAR era de água entrada no sistema e que não tinha sido faturada. Relembro que em dois mil e vinte e dois, a água que a Câmara Municipal consumia não era faturada. Esse procedimento foi alterado no início de dois mil e vinte e três e, portanto, em dois mil e vinte e três a Câmara Municipal, tal qual qualquer consumidor de água, tem a água faturada e paga como os outros consumidores. -----

Portanto, este alerta que a ERSAR faz dos 56% de água que não é faturada, foi corrigida ainda durante o ano de dois mil e vinte e três, e, portanto, isso não corresponde a água perdida, corresponde a água que não era faturada. A água perdida, em dois mil e vinte e dois, estava nos 29%. Nós estamos em crer que fechámos o ano de dois mil e vinte e três bastante abaixo deste valor, mas dizer que, por exemplo, no último relatório que eu conheço em Lisboa que é talvez dos sistemas mais eficientes, as perdas andam à volta dos 20%, é muito difícil baixar dos 20%. -

Relativamente à outra questão, que tinha a ver com o facto de a referência do tarifário para os utilizadores não domésticos não estar de acordo com o nosso regulamento.

O artigo 65º do nosso regulamento diz o seguinte: “a tarifa variável do serviço de abastecimento aplicável a utilizadores não domésticos tenderá progressivamente para um valor igual ao terceiro escalão da tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores domésticos”. O que nós temos no tarifário para dois mil e vinte e quatro, é um quarto escalão, ou seja, uma progressão de preços em função do consumo, portanto, preços mais baixos para menores consumos e preços mais altos para maiores consumos, em que o último escalão para o não doméstico é 1.392, que corresponde exatamente ao terceiro escalão do doméstico. Portanto, parece-nos que está perfeitamente de acordo, não só com o que está no nosso regulamento como está de acordo com o que versa no ponto dezoito do parecer da ERSAR, em que diz que recomenda que devemos ter um escalão único. Não se opõe, recomenda. Portanto, nós entendemos que para consumidores que consomem menos água devemos ter um preço, até para fomentar a eficiência e para aqueles consumidores que têm maior consumo devem pagar mais pela água, exatamente para os obrigar a ter maior racionalidade no consumo de água.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Compreendi, mas nunca pode ultrapassar ...” -----

- **Rui Melo, Vereador:** “E não ultrapassa.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Não ultrapassa em qualquer circunstância?”-----

- **Rui Melo, Vereador:** “Não. O quarto escalão, que é o último dos utilizadores não domésticos, o preço é igual ao terceiro escalão dos utilizadores domésticos.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo.” -----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Abertura do Procedimento de Hasta Pública para Alienação de Material Lenhoso Proveniente de Desbaste de Povoamentos Florestais na Quinta da Maunça - Nomeação da Comissão. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 651/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que:-----

- Na Quinta da Maunça existem áreas plantadas há cerca de 20 anos com Pinheiro silvestre com um compasso de 3*2 que totalizam 5,8ha.-----
- A densidade de plantação de cerca de 1666 plantas por hectare é neste momento exagerado face às necessidades de luz e nutrientes de cada planta. -----
- Ser tecnicamente necessário reduzir a densidade do arvoredo efetuando um desbaste.-----
- A alienação por hasta pública favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, de imparcialidade e transparência da atividade e do procedimento administrativo. -----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que o Órgão Executivo delibere: --

1. Autorizar a abertura da hasta pública, aprovando as peças do procedimento, Regulamento e o Caderno de Encargos que se anexam, ao abrigo do disposto na alínea cc), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

2. Nomear como membros da comissão: Efetivos, Presidente da Comissão, Catarina Coimbra; Vogais: Nuno Afonso, que substitui o Presidente nas suas faltas ou impedimentos e Joaquina Afonso; Suplentes: Susana Rebelo e Laura Alves; -----

3. Nomear como Gestor do Contrato, a Técnica do Município Catarina Coimbra.”

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O ponto um, pedindo desculpa pela gralha técnica. A correção do preço base para esta hasta pública do material lenhoso que são cinquenta e seis mil e quatrocentos e dezassete euros acrescidos de IVA à taxa legal.” -----

- **Rui Melo, Vereador:** “Isto é um engano meu, portanto julgo que as peças que terão vindo para a Reunião de Câmara tem um valor redondo, eu é que pensei que tinha vindo mal, e, portanto, foi corrigido.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Vamos confirmar para que não restem dúvidas, neste ponto, vamos verificar.” -----

- **Rui Melo, Vereador:** “O preço base, julgo que está correto. Numa versão inicial tínhamos proposto um preço base de cinquenta e seis mil, só que neste procedimento nós queremos que o empreiteiro além do corte das árvores faça o destroçamento de todo o material, não só dos desperdícios que deixa do corte, mas também de uma faixa de cem metros à volta dos povoamentos onde ele vai fazer o desbaste. -----
E, portanto, entendemos que ao valor do material lenhoso devemos descontar este encargo acrescido que ele vai ter para nos deixar aquilo limpo de encargos. Portanto, numa primeira aproximação o preço da madeira seria este, mas tendo em conta os encargos que o empreiteiro vai ter, decidimos colocar o valor de cinquenta e três mil. O preço base está correto.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Então o que está na proposta está correto, muito bem. Alguma consideração?” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Senhor Presidente, obviamente que estas matas têm que ser desbastadas, não há conversa, mas esse desbaste é supervisionado por técnicos da Câmara?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Claro que sim”. -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Porque nós, por vezes, assistimos a coisas verdadeiramente criminosas relativamente àquilo...” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, mas se houver algum crime, faça o favor de denunciar.”-----
- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Claro, com certeza. Pode ter a certeza. Eu não estou a dizer aqui, mas já se assistiu a coisas bárbaras, não é?”-----
- **Rui Melo, Vereador:** “Não estamos a falar de árvores da cidade, estamos a falar do povoamento da Maunça, aqueles pinheiros que foram instalados à cerca de...” -
- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Eu sei, eu passei lá há relativamente pouco tempo e vi que eles nem crescem, nem deixam de crescer. Aquilo está ali uma coisa que de facto precisa. Não tenho nada a opor.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Esta é uma altura adequada? Quer dizer, em termos de mercado, a procura da madeira, é um aspeto acessório...”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “O desbaste tem que ser feito.”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “O princípio está correto.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Agora o mercado terá que responder.”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Não temos um número calculado de árvores que vão ser..., há um espaçamento ali, está muito denso.”-----
- **Rui Melo, Vereador:** “É 50%. Para aquele desbaste ser atrativo e economicamente atrativo, temos de desbastar linha sim linha não. Portanto, doutra forma ninguém ia pegar naquilo, é material de pouco valor económico e que se vamos acrescer mão de obra para esse corte não tinha valor e, portanto, a decisão foi cortar fila sim fila não. Obviamente que se fosse um corte final de árvores de grande valor económico poderíamos escolher o momento da venda, mas aquilo é material para desbaste

pastilha. E, portanto, o valor económico: tanto pode ser vendido agora como mais à frente, quer dizer se tivermos o azar de virem grandes incêndios no verão o material lenhoso vai depreciar, mas eu julgo que até ao final do verão já estará vendido.” ---

- Sérgio Costa, Presidente: “Aliás, isto é um processo similar ao que se fez há cerca de nove, dez anos na Plataforma Logística. Também foi feito o mesmo desbaste, na mesma proporção, porque de facto a certa altura as árvores, e bem, crescem, mas precisam de mais espaço. Muito bem.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 2 - Proposta de Atribuição de Contrapartida Financeira às Freguesias do Concelho da Guarda pela Participação no Desfile e Espetáculo do Julgamento e Morte do Galo 2024. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Vice-Presidência do seguinte teor:

“Proposta VPCM n.º 131/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

- A Câmara Municipal da Guarda pretende levar a efeito, de 8 a 12 de fevereiro de 2024, mais uma edição da "Guardafolia – Aqui Há Galo! - 2024", evento que abarca um conjunto de iniciativas como o tradicional Desfile das Freguesias no Espetáculo do Julgamento e Morte do Galo, o cortejo infantil, as Tabernas do Entrudo, a Fun Run e um espetáculo no TMG. -----
- À semelhança dos anos anteriores, o Desfile das Freguesias do Julgamento e Morte do Galo contará com a participação ativa das Freguesias do Concelho, que foram desafiadas a participar no desfile de carros alegóricos e no próprio espetáculo. Pretende-se consolidar desta forma o envolvimento da população da cidade e do concelho num espetáculo que já se tornou uma tradição.-----

• As Freguesias que aceitaram participar (30) foram as seguintes: Aldeia do Bispo, Aldeia Viçosa, Arrifana, União de Freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo, Casal de Cinza, Castanheira, Codesseiro, Faia, Famalicão da Serra, Gonçalo, Gonçalbocas, Guarda, Jarmelo S. Miguel, Jarmelo S. Pedro, João Antão, Maçainhas, Panoias, Pêra do Moço, Porto da Carne, União de Freguesia Pousade/Albardo, Ramela, União de Freguesia Rochoso e Monte Margarida, Santana d'Azinha, Sobral da Serra, Vale de Estrela, , Vela, Videmonte, Vila Cortez do Mondego, Vila Fernando e Vila Franca do Deão. -----

• A participação das freguesias pressupõe a construção e decoração cenográfica do carro alegórico e a caracterização teatral dos elementos que animarão cada uma das estruturas móveis do desfile. -----

• As Freguesias condicionaram a sua participação à concessão, por parte da Câmara, de uma comparticipação financeira. -----

Considerando ainda: -----

• O disposto no artigo 17.º da Norma de Execução Orçamental para o ano de 2023, documento que integra as GOP's e Orçamento 2023 do Município da Guarda. -----

Nesta conformidade, -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Guarda que conceda submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, ao abrigo das atribuições previstas na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no uso das competências que lhe são conferidas pelas alíneas d) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de uma comparticipação de 2.000,00€ (dois mil euros) a cada Freguesia participante, o que perfaz o valor global de 60.000,00 (sessenta mil euros).-----

A retribuição supra identificada encontra-se devidamente cabimentada na rubrica 0102020216, GOP 3 4.2 2023/5059. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Isto faz parte daquilo que é a festa do enterro e morte do galo. Nada a opor.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 3 - Proposta de Ratificação da Decisão de Atribuição do Valor da Bilheteira dos Espetáculos "Vamos Cantar as Janeiras 2024", Protagonizados por Associações do Concelho, sob a Forma de Apoio a duas IPSS do Concelho.

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 649/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

Os espetáculos “Vamos Cantar as Janeiras” são protagonizados sobretudo por associações; -----

Este espetáculo, realizado no dia 6 de janeiro no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, teve um custo de bilhete de 1€; -----

Foi intenção do Executivo dar um destino solidário a esta receita. -----

Foram sorteadas duas entidades de cariz social: -----

- Uma IPSS de entre as orientadas apenas para o serviço à população idosa - Associação de Melhoramentos e Ação Social de Vila Soeiro, no valor de 313€ (trezentos e treze euros); -----

- Uma IPSS de entre as orientadas para o serviço à população infantil – Lactário Dr. Proença, no valor de 313€ (trezentos e treze euros); -----

Nesta conformidade, -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda, delibere pela ratificação, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a decisão tomada em suplência no dia 5 de abril de 2023, ao abrigo do artigo 42º do CPA, e de acordo com o disposto na alínea d) do artigo 3º, artigo 32º e n.º 1 alíneas o) e u) do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, da concessão de 50% da receita em causa a cada entidade sorteada, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 4 - Prestação de Serviços de Limpeza nos Diversos Edifícios do Município da Guarda - Abertura de Procedimento. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 655/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que, -----

1 – O Município da Guarda tem vindo a reduzir significativamente o número de recursos humanos, o que levou à degradação do estado da limpeza, tanto nos espaços reservados aos trabalhadores, quer nos espaços utilizados pelos utentes;-----

2 – A Câmara Municipal não tem condições para assegurar, pelos seus próprios meios, a limpeza e higiene adequada de todos os edifícios municipais, de forma a garantir o mínimo de satisfação exigível; -----

3 – A adoção de um procedimento de Concurso Público ao abrigo da alínea a) do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, é compatível e insere-se nos motivos atrás invocados. -----

Reportando ao atrás descrito, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal que visa o seguinte: -----

1 – Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 e no n.º 2 do art.º 40º do Código dos Contratos Públicos; -----

2 – Decidir autorizar a despesa, nos termos do art.º 36º do Código dos Contratos Públicos;-----

3 – Decidir, nos termos da alínea a) do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, adotar o procedimento de concurso público para a formação do contrato relativo a “Prestação de Serviços de Limpeza nos Diversos Edifícios do Município da Guarda”, estimando-se que o valor da despesa seja de 502.000,00€ (quinhentos e dois mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; -----

4 – Designar de acordo com o art.º 67º do CCP o Júri que conduzirá o procedimento e delegar no mesmo as competências, nos termos do n.º 1 do art.º 109º do Código dos Contratos Públicos e previstas no art.º 69º do referido diploma legal. -----

Júri:-----

- Presidente, Ricardo Amaral; -----

- Vogal efetivo, Sandra Brito; -----

- Vogal efetivo, Sónia Ribeiro; -----

- Vogal Suplente, Helga Viveiros; -----

- Vogal Suplente, Ricardo Moreira. -----

5 – Designar de acordo com o art.º 290º-A do CCP, a técnica superior Sandra Brito, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- Adelaide Campos, Vereadora: “Senão há gente dentro da Câmara para fazer isso, obviamente que tem que ser. Sim, aprovado.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 5 - Prestação de Serviços de Recolha, Transporte a Destino Final de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública no Concelho da Guarda - Adjudicado à Empresa SUMA - Alteração do Gestor do Contrato 221/2022.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 648/2024

Mandato 2021/2025

No concurso Público Internacional com publicação no JOUE com o nº 103/2022 para “Prestação de Serviços de Recolha, Transporte a Destino Final de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública no Concelho da Guarda” foi deliberado nomear para gestor do contrato a TS Paula Escalada nos termos previstos no art.º. 290 – A do Código do Contratos Públicos (reunião de Câmara datada de 22 de junho de 2022). -----

Na cláusula 7ª do contrato outorgado posteriormente, com o nº 221/2022 datado em 29 de novembro de 2022, consta a TS Paula Escalda como gestora do contrato celebrado. -----

Tendo em conta a necessidade de otimização e racionalização do serviço distribuído aos vários técnicos da Divisão de Ambiente e a necessidade do controlo de execução deste contrato ser fundamental para a garantia de prestação de um serviço eficaz e eficiente, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima

reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar a substituição do gestor do contrato em assunto pela TS Filipa Tadeu.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 6 - Proposta de Aquisição de Serviços - Elaboração de Projetos para Obras de Edificação em Edifícios Destinados à Habitação e Reabilitação de Edifícios de Habitação Coletiva Propriedade do Município da Guarda, no Âmbito do Programa 1.º Direito - Ratificação da Decisão de Alteração das Peças do Procedimento.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 654/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

1 – Na reunião do Executivo Municipal, em reunião realizada em 29.12.2023, foi autorizada a abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços – Elaboração de projetos para obras de edificação em edifícios destinados à habitação e reabilitação de edifícios de habitação coletiva propriedade do Município da Guarda, no âmbito do Programa 1.º Direito”; -----

2 – Se verificou a necessidade de otimização de algumas peças procedimentais, nomeadamente o programa de procedimento, as declarações da qualidade técnica da equipa, bem como a descrição dos imóveis;-----

Reportando ao atrás descrito, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no dia dezassete de

janeiro de dois mil e vinte e quatro, ao abrigo do artigo 42º do CPA, designadamente a competente decisão, de acordo com o disposto no artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, sobre a retificação das peças do procedimento, retroagindo os efeitos de ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 164º do CPA.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- Carlos Monteiro, Vereador: “Concordamos. Este é o caminho. Acima de tudo é o caminho para andarmos mais rápido e aprovamos também.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 7 - Intervenções em Infraestruturas Danificadas pelos Incêndios de 2022 nas Freguesias de Vale do Mondego - Decisão de Adjudicação do Concurso Público nº DOPEI/RD-2023-49. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 650/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

Em 04 de janeiro de 2024, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de análise de propostas nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos. -

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, verificou-se que não foi apresentada nenhuma reclamação, não havendo alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere: -----

o Aprovar, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação do concurso público “Intervenções em Infraestruturas

Danificadas pelos Incêndios de 2022 nas Freguesias do Vale do Mondego” à empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda. no valor total de 666.460,01€ (seiscentos e sessenta e seis mil quatrocentos e sessenta euros e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de 270 dias.-----

o Aprovar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 8 - Reabilitação de Infraestruturas Viárias - Sr.ª da Alagoa e Envolvente

- Prorrogação de Prazo.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 656/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que, -----

1 – A empreitada de obra pública foi adjudicada à firma Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 309.208,79€+IVA e com um prazo de execução de 180 dias, sendo o termo final do contrato no dia 16 de janeiro de 2024;-----

2 – Em 15.01.2024, foi solicitado pelo adjudicatário uma prorrogação de prazo de execução por mais 106 dias, justificando o atraso dos trabalhos devido às condições climáticas adversas que não permitiram a execução dos trabalhos de pavimentação em betuminoso; -----

3 – Conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta, verificaram-se transtornos no planeamento e desenvolvimento normal dos trabalhos, atendendo às condições climáticas que se fazem sentir nesta época do ano. -----

Considerando ainda que,-----

4 – A firma encontra-se no local a dar continuidade aos trabalhos para conclusão dos mesmos;-----

5 – Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos;-----

6 – Circunstâncias que, todas elas ponderadas, impõem ao Município da Guarda o dever de reponderar o plano de trabalhos, devendo conseqüentemente, o empreiteiro proceder ao ajustamento do plano de trabalhos, nos termos estritamente necessários à execução dos trabalhos em falta que não foi possível executar.-----

Reportando ao atrás descrito e atendendo à informação da fiscalização da obra em anexo, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

– Aprovar a prorrogação de prazo graciosa por mais 106 dias, até ao dia 01 de maio de 2024, de acordo com o disposto no artigo 361º do Código dos Contratos Públicos.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- Adelaide Campos, Vereadora: “Aprovado. É sempre aquela prorrogação que vem sempre...”-----

- Sérgio Costa, Presidente: “Condições para pavimentar agora, aliás, ainda hoje o técnico me disse...” -----

- Adelaide Campos, Vereadora: “Também tiveram este tempo todo que não podiam trabalhar.”-----

- Sérgio Costa, Presidente: “Mas andaram a trabalhar com as terraplanagens. Ainda hoje o técnico me disse que vamos ter ali um custo acrescido, porque agora surge lá num determinado sítio água, no meio da estrada. Vão ter que se fazer agora uns

drenos perimetrais (é assim que se chama), mais um custo acrescido, porque senão vamos colocar pavimento e depois a seguir a água, a humidade surge no meio da plataforma, são aqueles imponderáveis.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 9 - Reforço das Condições de Segurança na Empreitada de Incremento dos Modos Suaves no Acesso ao Parque Industrial da Guarda - Projeto Piloto - Aprovação de Trabalhos a Menos.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 653/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que, -----

1 – Na empreitada de “Reforço das Condições de Segurança da Empreitada de Incremento dos Modos Suaves no Acesso ao Parque Industrial da Guarda – Projeto Piloto”, adjudicada ao Consórcio António Saraiva & Filhos, Lda./Opualte – Construções, S.A., pelo valor de 1.236.813,32€, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, verificou-se a necessidade de não realizar trabalhos, conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, no montante de 517.012,26€ ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor; -----

2 – A supressão dos trabalhos tem um valor superior a 20% do preço contratual, o Consórcio tem direito a uma indemnização correspondente a 10% do valor da diferença verificada, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 381º do Código dos Contratos Públicos; -----

3 – De acordo com o n.º 2 do art.º 381º do referido diploma legal, a indemnização prevista é liquidada na conta final da empreitada; -----

4 – Foi solicitado parecer jurídico, atendendo ao exposto na referida informação técnica, o qual se anexa. -----

Face ao atrás exposto, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

1 - Aprovar os trabalhos a menos, no valor de 517.012,26€ acrescido da taxa de IVA em vigor, a que corresponde uma percentagem de 41,80% do valor total do contrato;-----

2 – Deduzir o valor dos trabalhos a menos ao preço contratual, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Deixe-me só dizer uma coisa senhor Presidente. Nós tínhamos falado numa reunião anterior a esta, relativamente à marcação de determinadas zonas desta...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, falta marcar algumas zonas ...” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Eu quando vi aqui esta aprovação de trabalhos a menos, mas não tem a ver com essa...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, não tem a ver.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 10 - Execução de Muros de Suporte no Vale do Mondego - Liberação Parcial de Caução. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 652/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, foi efetuada a vistoria à empreitada para efeitos de liberação parcial da caução, tendo sido elaborado o respetivo auto de vistoria, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta. No seguimento da referida vistoria foi verificado que: -----

a) Os trabalhos se encontram executados em conformidade com as obrigações contratuais e legais do empreiteiro; -----

b) Inexistência de defeitos da obra, da responsabilidade do empreiteiro. -----

Reportando ao atrás descrito e atendendo aos factos apresentados no auto de vistoria em anexo, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

Ao abrigo do disposto nas alíneas a), b) e c) do n.º 5 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, a liberação da caução em 75%, considerando ser o terceiro ano, após a receção provisória da empreitada, ocorrida a nove de julho de dois mil e vinte.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de excecutoriedade imediata. Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram quinze horas e cinquenta e seis minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, Vanda Cristina Simões Leal Bule de Sá Rodrigues, Técnica Superior, que a subscrevi.-----